

TRADUÇÃO

FALIBILISM AND CONCESSIVE KNOWLEDGE ATTRIBUTIONS

Tiegue Vieira Rodrigues*

Resumo: Neste artigo Jason Stanley desafia a alegação feita por Lewis de que a semântica contextualista para “saber” oferece a melhor explicação para a estranheza causada pela alegação falibilista. Stanley pretende, então, explicar a estranheza do falibilismo sem necessariamente abraçar o contextualismo. Para isso, ele recorre à Tese de Conhecimento de Asserção e conclui que a motivação contextualista de Lewis não é convincente, uma vez que não é preciso recorrer à semântica para explicar a estranheza do falibilismo.

Palavras-chave: Jason Stanley. Falibilismo. Conhecimento. Contextualismo. Tese do Conhecimento para Asserções. Atribuições de Conhecimento Concessivo.

Abstract: In this paper Jason Stanley challenge the claim made by Lewis that the contextualist semantics for ‘know’ gives the best explanation for the oddity caused by the claim made by falibilism. Stanley explains the oddity of falibilism without embracing contextualism. Thus, he appeals to a knowledge account of assertion to conclude that the contextualist motivation presupposed by Lewis is not so compelling, since it is not necessary to appeal to semantics in order to explain the oddity of falibilism.

Keywords: Jason Stanley. Falibilism. Contextualism. Knowledge Account of Assertion. Concessive Knowledge Attributions.

FALIBILISMO E ATRIBUIÇÕES DE CONHECIMENTO CONCESSIVO

David Lewis (1996: 549) escreve, a respeito da doutrina epistemológica do falibilismo:

Se você afirmar que S sabe que P, e ainda assim admitir que S não pode eliminar certa possibilidade de que $\sim P$, certamente parece como se você concedesse que S, afinal de contas, não sabe que P. Falar de conhecimento falível, de conhecimento apesar de possibilidades de erro não eliminadas, apenas soa contraditório.

Lewis conclui que o falibilismo é desconfortável, embora preferível ao ceticismo. No entanto, ele acredita que o contextualismo sobre o conhecimento nos

* PUCRS. tieguevieira@gmail.com

permite “driblar a escolha” entre falibilismo e ceticismo. Pois a semântica contextualista para o termo ‘saber’ pode explicar a estranheza do falibilismo sem nos levar para o ceticismo.

O desafio enfrentado pelo advogado não-contextualista do falibilismo é explicar a estranheza dos tipos de afirmações discutidas por Lewis sem abraçar o contextualismo. Ou seja, o desafio é explicar o porquê parece que *falar* de conhecimento falível é estranho, sem impugnar a verdade do falibilismo, ou adotar contextualismo. Seguindo Patrick Rysiew (2001:493), chamemos enunciados da forma ‘S sabe que p, mas é possível que q’ (onde q implica \sim p) *atribuições de conhecimento concessivo*. Aqui estão alguns casos, tais como:

(1) (a) Eu sei que Harry é uma zebra, mas é possível que Harry seja uma mula pintada.

(b) João sabe que Harry é uma zebra, mas é possível que Harry seja uma mula pintada.

(c) João sabe que Harry é uma zebra, mas é possível para João que Harry seja uma mula pintada.

Não deveria ser controverso que, em geral, os enunciados das sentenças em (1) são infelizes. O que irei rejeitar é a alegação adicional de que este fato impugna o falibilismo.

A estratégia que eu emprego é semelhante àquela adotada em Rysiew 2001: 492ff. Como ele, busco uma explicação não-contextualista de porquê proferir as sentenças em (1) é estranho que seja compatível com a verdade do falibilismo. No entanto, Rysiew fornece uma explicação *totalmente pragmática* da estranheza dos enunciados das sentenças em (1). Segundo ele, “... em linguagem cotidiana, ‘é possível que q’ normalmente serve para (pragmaticamente) conceder que o falante *não* sabe \sim q e não sabe que q” (493). Embora eu suporte a estratégia geral de Rysiew, eu não posso aceitar a explicação que ele oferece. Meu problema com ela é que é misterioso para mim o que ele considera ser o conteúdo semântico das afirmações de possibilidades epistêmicas. Pois, Rysiew alega que o fato de proferir qualquer uma das sentenças em (1) resultar em estranheza se deve *apenas* a fatores pragmáticos, a saber, uma implicatura associada com afirmações de possibilidade epistêmica. Isto implica que ele acredita que pode de fato ser epistemicamente possível para um falante que q, apesar de que o falante sabe que \sim q. Esta é uma conseqüência inaceitável. A estranheza da maioria dos proferimentos destas sentenças tem algo a ver com a *semântica* das

alegações de possibilidade epistêmica.

Se Rysiew estava certo, então, enquanto as sentenças em (1) não são asseríveis, elas seriam, não obstante, verdadeiras. Portanto, o fato de que proferir as sentenças em (1) é quase sempre infeliz não implicaria que as proposições, assim expressadas, fossem falsas. Assim, se Rysiew estava correto, o ponto de Lewis não impugnaria a verdade do falibilismo. Em contrapartida, com exceção de (1b), acredito que o proferimento das sentenças em (1), de fato, quase sempre expressam proposições falsas. Mas a razão de eu não acreditar que isto ajuda as críticas de Lewis contra falibilismo é que eu não creio que as proposições falsas, normalmente expressadas pelo proferimento de (1a) e (1c), expressam a posição falibilista. Portanto, eu não acho que sua falsidade impugna o falibilismo.

O que é o falibilismo em epistemologia? Falibilismo é a alegação sobre o caráter da evidência de alguém para seu conhecimento. Falibilismo é a doutrina de que alguém pode saber que p , apesar de sua evidência para p ser logicamente consistente com a verdade de $\sim p$. Por exemplo, um falibilista sustenta que eu sei que tenho mãos com base em evidência que é logicamente consistente com a possibilidade remota de que eu não tenho mãos, porque eu estou sonhando após um acidente particularmente terrível. O que irei discutir é que, quando declarações de (1a) e (1c) expressam proposições falsas, o fato de que elas são falsas não refuta a posição falibilista.

A leitura mais natural de “possível” nas sentenças em (1) é enquanto possibilidade epistêmica. A correta caracterização da possibilidade epistêmica é uma questão polêmica. Mas na interpretação das sentenças em (1), a primeira coisa a se ter em mente é que o uso epistêmico de “possível” envolve uma *implícita anáfora*; uma proposição pode ser epistemicamente possível para uma pessoa, mas não para outra. Uma explicação plausível para sua característica relacional vem do seguinte princípio:

(Possibilidade Epistêmica) É possível que p seja verdadeira se e somente se, nada é sabido que, obviamente (metafisicamente), implica $\sim p$.

Visto que o conhecimento requer um conhecedor, a possibilidade epistêmica também. Afirmações de possibilidade epistêmica são relativas a conhecedores. Portanto, a afirmação correta de (Possibilidade Epistêmica) é:

(Possibilidade Epistêmica*) É possível_A que p seja verdadeira se e somente se o que A sabe não implica, de modo óbvio para A , $\sim p$.¹

¹ Veja Keith DeRose, 1991, para uma proposta semelhante. A proposta de DeRose é diferente na medida em que

Assumindo (Possibilidade Epistêmica*) e reconhecendo a natureza relacional da possibilidade epistêmica, permite uma explicação dos dados (1). As sentenças em (1) são equivalentes a:

(2)

(a) Eu sei que Harry é uma zebra, mas o que eu sei não implica, de uma forma que é óbvia para mim, que Harry não é uma mula pintada.

(b) João sabe que Harry é uma zebra, mas o que eu sei não implica, de uma forma que é óbvia para mim, que Harry não é uma mula pintada.

(c) João sabe que Harry é uma zebra, mas o que João sabe não implica, de uma forma que é óbvia para ele, que Harry não é uma mula pintada.

Agora que sabemos mais claramente sobre o conteúdo das sentenças em (1), é evidente que as declarações de (1a) e (1c), quase sempre expressam proposições falsas. Em ambos os casos, alguém afirma sobre uma pessoa que ela sabe algo que obviamente implica que *q*, e ela não sabe nada que, de uma maneira óbvia para ela, implica que *q*. Se a pessoa a quem o conhecimento é atribuído é clara e suficientemente inteligente para que inferências como a de que Harry é uma zebra implica Harry não ser uma mula pintada são óbvias para ela, cada uma dessas sentenças irá expressar obviamente uma falsa proposição.

Assim, atendendo ao conteúdo semântico da conversa sobre possibilidade epistêmica, um proferimento de (1a) e (1c) expressa o que seria expressado por um proferimento de (2a) e (2c). Isso explica a típica estranheza dos proferimentos dessas sentenças. Se a pessoa em questão (o falante ou John) é claramente minimamente inteligente, a proposição, assim expressada, é claramente falsa. Mas agora podemos ver que o fato de que tais proferimentos são quase sempre estranhos não levanta qualquer problema para o falibilismo. A falsidade óbvia das proposições expressadas pela maioria dos enunciados de (1a) e (1c) é consistente com a verdade das alegações de que alguém pode saber que *p*, com base em evidência que é logicamente consistente com $\sim p$.

(2b) é mais complicado. (2a) e (2c) são estranhas, porque elas geralmente expressariam proposições que seriam claramente falsas. (2b), em contrapartida, não. Então, esse argumento Lewisiano contra o falibilismo reduz até a estranheza de (2b) (e,

ele postula adicional sensibilidade-contextuais que eu acredito serem injustificáveis. No entanto, DeRose faz, dentro de um contexto diferente, alguns dos mesmos pontos que eu faço aqui, embora, naturalmente, ele não os aplica para uma defesa não-contextualista do falibilismo.

portanto, (1b)). Vou agora argumentar que a explicação para o porquê declarações de (1b) são invariavelmente estranhas também não impugnem o falibilismo.

Primeiro, é estranho proferir sentenças como (3), em que é óbvio que p implica q:

(3) p, mas o que eu sei não implica q.

Aqui está uma razão teórica por trás da estranheza de declarações de (3). Segundo a *Tese do Conhecimento para Asserção*, a norma para asserção é o conhecimento. Ou seja, a regra constitutiva para asserção é que para asserir que p é preciso saber que p. Como resultado, na *Tese do Conhecimento para Asserção*, proferindo uma sentença S implica que alguém sabe a proposição expressada por S.² Se a *Tese do Conhecimento para Asserção* é correta, pode-se explicar a estranheza dos proferimentos de (3).

Por hipótese, é óbvio que p implica q. Assim, ao proferir (3), implica-se o conhecimento de uma proposição, e, obviamente, que a proposição implica q. Mas isso é justamente o que se está negando, no segundo conjunto de (3). Deste modo, assumindo a *Tese do Conhecimento para Asserção*, a asserção de (3) é auto-enfraquecida.

Este é o primeiro passo para a explicação da estranheza dos proferimentos de (1b) e (2b). O segundo passo na explicação envolve a premissa inócua de que a palavra ‘conhecer’ é *factiva*. Ou seja, X saber que p implica que p. A facticidade de ‘saber’ implica que em se asserindo (2b) compromete-se com:

(4) Harry é uma zebra, mas o que eu sei não implica, de forma óbvia para mim, que Harry não é uma mula pintada.

E (4) é uma instância do esquema (3) (onde é óbvio que p implica q). Se a *Tese do Conhecimento para Asserção* é correta, então a estranheza ocasionada pelo proferimento de instâncias de (3) é de natureza pragmática. Ou seja, se a *Tese do Conhecimento para Asserção* é correta, a estranheza de (4) (e, portanto, (2b) e (1b)) se deve a um fato sobre o ato de fala da asserção, de que as normas que a governam estão ligadas ao conhecimento. Uma vez que a pragmática é o estudo dos atos de fala, e a asserção é um ato de fala, isto é um fato no domínio da pragmática. A estranheza dessas sentenças, portanto, não requer uma solução semântica contextualista.

Eu tenho apelada, na explicação da estranheza de (4) (e, portanto, (1-B) e (2b)),

² “Os cães ladram, mas eu não sei o que eles fazem” é [absurda] ... por que ao afirmar p positivamente você implica, embora você não afirme, que você sabe que p. (Moore 1993:277).

para a *Tese do Conhecimento para Asserção*. Keith DeRose (2002) argumentou vigorosamente que a *Tese do Conhecimento para Asserção* ajuda o contextualista sobre o conhecimento. Apesar de eu não aceitar seus argumentos, vale notar que não é preciso apelar para uma premissa tão teoricamente importante como a *Tese do Conhecimento para Asserção*. É simplesmente um fato que proferimentos de (4) são estranhos; tudo que é necessário é que essa estranheza se deva à pragmática, e não a semântica.

Voltemos agora à alegação de Lewis de que é estranho “se você afirma que S sabe que P e, ainda assim, você conceder que S não pode eliminar certa possibilidade de que $\sim P$ ”. Qualquer instância desse esquema será um exemplo dos tipos de sentenças dadas em (1). E não há nenhum obstáculo bloqueando o falibilista de endossar essas explicações da estranheza das atribuições conhecimento concessivo. O fato de que os proferimentos de (1a) e (1c) são geralmente estranhos se deve ao fato de que, geralmente, expressam falsidades óbvias e o fato de que os proferimentos de (1b) são geralmente estranhos se deve à pragmática. Em nenhum desses casos as explicações para a estranheza de proferimentos das sentenças em (1) lançam aspersões sobre a doutrina de que se pode saber que p apesar de que a evidência para p é logicamente consistente com a verdade de $\sim p$.

Existem outras alegações de conhecimento concessivo que soam estranhas. Considere, por exemplo, as sentenças em (5):

(5)

(a) Eu sei que eu tenho mãos, mas não eliminei a possibilidade de que eu sou apenas um cérebro numa cuba sem nenhum corpo.

(b) Eu sei que Harry é uma zebra, mas eu não excluí a possibilidade de que Harry é uma mula pintada.

Estas frases certamente soam estranhas. Mas elas não contém, evidentemente, o termo “possível”. Assim, pode-se pensar que o falibilismo está comprometido com a aceitabilidade dessas frases.

Mas o falibilista pode explicar a estranheza das sentenças em (5) pelo apelo a um argumento como o que acabamos de oferecer. Considere a frase “excluídos”. O que é para alguém excluir uma possibilidade? De acordo com Fred Dretske (2000: 57), “Ao dizer que [alguém] está em posição de excluir essas possibilidades, quero dizer que sua evidência ou justificação para pensar que essas alternativas não são o caso devem ser

suficientemente boas para ele dizer que *sabe* que elas não são o caso”. Esta é uma leitura natural, tanto para “excluir” quanto para “eliminar”. Mas se isso (ou algo mais forte) é a tradução correta para “excluir” e “eliminar”, então as sentenças em (5) expressam:

(6)

(a) Eu sei que eu tenho mãos, mas eu não sei que eu não sou um cérebro numa cuba sem nenhum corpo.

(b) Eu sei que Harry é uma zebra, mas eu não sei que Harry não é uma mula pintada.

Agora, existem algumas posições que são de fato versões do falibilismo e implicam a verdade (e presumivelmente a aceitabilidade) das sentenças em (6). Por exemplo, teorias falibilistas como a de Nozick, que negam que o fechamento epistêmico de uma única premissa³ tem essa consequência. Mas não é o caso que qualquer explicação não-contextualista do conhecimento que seja falibilista prediga que as sentenças em (6) podem ser, ambas, verdadeira e felizmente asseríveis.⁴

Um conjunto final de alegações de conhecimento concessivo que soam estranho envolvem as instâncias do esquema:

(7) X sabe que p, embora haja uma chance de que não-p.

Em alguns casos, a estranheza de tais proferimentos tem a ver com a falsidade da alegação de conhecimento (em especial, quando o que está em jogo é uma espécie de chance objetiva). Mas em muitos casos em que estes proferimentos parecem estranhos é porque muitas das nossas conversas ordinárias sobre probabilidade é de caráter epistêmico. Deste modo, a mesma explicação da estranheza das sentenças em (1) pode ser dada para explicar a estranheza geral das instâncias de (7), isto é, uma explicação que é independente da verdade do falibilismo.

Portanto, eu não acho a motivação de Lewis para o contextualismo convincente. A estranheza das atribuições de conhecimento concessivo não constitui um problema geral para o falibilista não-contextualista.⁵

³ NT. O original em inglês é “single premiss epistemic closure”.

⁴ Por exemplo, o que é às vezes chamado de “invariantismo sensível moderado”, a posição defendida por John Hawthorne (2004: CH 4) e eu, em um trabalho vindouro é um exemplo de uma posição falibilista que é consistente com o fechamento epistêmico de uma única premissa.

⁵ Este trabalho surgiu como uma seção de um artigo maior, “On the case for contextualism”, entregues em 2002, na conferência da Universidade de Massachusetts sobre contextualismo em Epistemologia (este artigo maior nunca foi publicado). Nos anos seguintes, alguns dos pontos também foram feitos em

Referências

- DEROSE, K. Epistemic possibilities. *Philosophical Review*, v. 100, n. 4, p. 581–605, oct. 1991.
- _____. Assertion, knowledge, and context. *Philosophical Review*, v. 111, n. 2, p. 167–203, apr 2002.
- DRETSKE, F. The pragmatic dimension of knowledge. In: *Perception, Knowledge, and Belief: Selected Essays*, ed. F. Dretske, 48–63. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HAWTHORNE, J. *Knowledge and Lotteries*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LEWIS, D. Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 74, n. 4, p. 549–67, dec. 1996.
- MOORE, G. E. *Commonplace Book*. Bristol: Thoemmes Press, 1993.
- RYSIEW, P. The context–sensitivity of knowledge attributions. *Nous*, v. 35, n. 4, p. 477–514, 2001.

Artigo recebido em: 17/02/11
Aceito em: 18/07/11

Hawthorne 2004. As discussões com Keith DeRose e John Hawthorne foram uteis, o meu maior agradecimento para discussão das questões neste trabalho vai para Timothy Williamson.